

## Edital de Licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO** PE 0096/2026

**PROCESSO SGPe** SDC 4629/ 2025

**CONTRATANTE** Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil

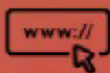
**ABERTURA**  
**Envio da proposta**  
02/03/2026, a partir das 14:00 horas  
**Abertura da sessão**  
16/03/2026, a partir das 09:15 horas

**OBJETO** Contratação de serviços de limpeza e melhoramento fluvial nos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, localizados no município de Rio do Sul/ SC

**EXCLUSIVO ME/EPP** Não

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO** MENOR PREÇO POR ITEM

**VALOR TOTAL ESTIMADO** R\$ 20.422.797,59



[portaldecompras.sc.gov.br](http://portaldecompras.sc.gov.br)



[central-pregao@sea.sc.gov.br](mailto:central-pregao@sea.sc.gov.br)



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**Processo nº SDC 4629/ 2025**

O **Estado de Santa Catarina**, por intermédio da **Secretaria de Estado da Administração**, com sede na Rodovia SC 401, Km 15, nº 4.600, Bloco II, 1º andar, Bairro Saco Grande II, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.951.351/0001-42, por intermédio da Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, torna público que fará realizar licitação na **modalidade pregão**, tipo menor preço, na forma eletrônica, modo de disputa **aberto e fechado** para selecionar proposta objetivando a contratação de serviços de limpeza e melhoramento fluvial nos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, localizados no município de Rio do Sul/ SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 358, de 29 de novembro de 2023, Decreto Estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024, e demais legislações federal e estadual e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1. Envio de proposta: a partir das 14:00 horas do dia 02/03/2026.
- 1.2. Abertura da sessão: a partir das 09:15 horas do dia 16/03/2026.
- 1.3. Início da disputa: a partir das 09:30 horas do dia 16/03/2026.
- 1.4. O pregão eletrônico será realizado por meio de disputa à distância em sessão pública, via Sistema Integrado de Licitações do Estado de Santa Catarina (LIC), módulo eletrônico (e-LIC).
- 1.5. Todo e qualquer ato referente ao presente processo licitatório dar-se-á exclusivamente por meio eletrônico via internet.
- 1.6. A comunicação será realizada utilizando recursos de tecnologia da informação pela Internet, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação – em todas as etapas do certame.
- 1.7. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado da Administração, por intermédio da Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, que atuará como provedor do Sistema Eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Administração de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS.
- 1.8. Os trabalhos serão conduzidos por servidores de órgão ou entidade vinculado ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, denominados pregoeiro e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema LIC, módulo e-LIC, por acesso restrito com login e senha no endereço eletrônico <http://e-lic.sc.gov.br>.
- 1.9. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico.
- 1.10. Os documentos relacionados a seguir são parte integrante deste Edital:

Anexo I – Detalhamento do objeto.

Anexo I-A - Modelo de declaração de vistoria;

Anexo I-B - Modelo de declaração de não realização de vistoria;

Anexo I-C - Memorial Descritivo;

Anexo I-D - Orçamento Sintético;

Anexo I-E – Relatório de Cronograma do Orçamento;

Anexo I – F - BDI

Anexo I - G – Orçamento Analítico

Anexo I- H – Composição de serviços do orçamento

Anexo I- I – Curva ABC de material

Anexo I-J – Curva ABC de mão de obra

Anexo I-K – Curva ABC de serviço



- Anexo I-L – Curva ABC de equipamento
- Anexo I-M – Informações da empresa vencedora para contratação.
- Anexo II – Modelo de proposta de preços eletrônica.
- Anexo III – Minuta de Contrato.
- Anexo IV – Modelo de declaração de atendimento às legislações vigentes.
- Anexo V - Termo de referência.
- Anexo VI - Termo de Garantia.

## **2. DA LICITAÇÃO**

### **2.1. Do Objeto**

2.1.1. A presente licitação destina-se a selecionar proposta objetivando a contratação de limpeza e melhoramento fluvial nos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, localizados no município de Rio do Sul/SC, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas e previstas neste Edital e seus Anexos.

### **2.2. Da Execução da Licitação**

2.2.1. O processamento da licitação pela Secretaria de Estado da Administração, será na qualidade de Interviente Promotora, destinando-se o objeto licitado a atender às necessidades do/a Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil .

## **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar desta licitação as licitantes interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.1.1. A licitante deverá atender às exigências da Lei Estadual nº 16.003, de 25 de abril de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.694, de 23 de agosto de 2013, mantendo programas de capacitação de seus trabalhadores no que se refere a saúde e segurança do trabalho.

3.1.1.1 A Administração poderá exigir os comprovantes necessários.

3.1.2. Os itens/lotes identificados com “(Item exclusivo para ME/EPP)”, no quadro de quantidades do Anexo I, são de participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital e nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, sem prejuízo de sua participação nos demais lotes.

3.2. Não poderão disputar essa licitação:

3.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.10. um usuário representante de duas ou mais empresas, para o mesmo item ou lote do processo;

3.2.11. Sociedades cooperativas.

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4. O impedimento de que tratam os itens 3.2.4 e 3.2.7 serão também aplicados à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.2 e 3.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos itens 3.2.2 e 3.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da Contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.9. A vedação de que trata o item 3.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10. A participação na licitação implica, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o Edital, automaticamente, na aceitação integral e irretroatável dos termos e conteúdos deste Edital e seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos enviados em qualquer fase da licitação, não cabendo, portanto, posterior reclamação.



#### **4. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO**

- 4.1. Conduzir a sessão pública;
- 4.2. Receber, examinar e decidir (manifestar-se) sobre as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, (e, no caso de impugnações, encaminhá-las à autoridade competente para decisão), além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- 4.3. Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital;
- 4.4. Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- 4.5. Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 4.6. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica (mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos);
- 4.7. Promover diligências, para:
  - 4.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
  - 4.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 4.8. Negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado;
- 4.9. Receber, examinar e manifestar-se acerca dos recursos e encaminhá-los à autoridade competente para decisão;
- 4.10. Indicar o vencedor do certame;
- 4.11. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 4.12. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para propor a sua adjudicação e homologação;
  - 4.12.1. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

#### **5. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME**

- 5.1. As pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema eletrônico, emitida pelo sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina da Secretaria de Estado da Administração.
  - 5.1.1. Atribuição de chave de identificação e de senha, obtidas a partir da homologação do Cadastro Geral de Fornecedores, credenciará o interessado em participar do pregão eletrônico e o qualificará para fornecimento e envio de proposta eletrônica para o objeto correspondente ao grupo-classe indicado no Edital.
  - 5.1.2. Caso não consiga visualizar o processo para envio de proposta eletrônica, o credenciado precisa solicitar qualificação ao grupo-classe correspondente junto ao Cadastro Geral de Fornecedores.
  - 5.1.3. O procedimento para inscrição e alterações, no Cadastro Geral de Fornecedores, encontra-se disponível no site do Portal de Compras pelo endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, clicando em seguida no link “Fornecedores”.
  - 5.1.4. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu grupo-classe registrado no Cadastro Geral de Fornecedores, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema eletrônico, salvo



quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada.

5.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2.1. As licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5.3. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.3.1. Para o correto funcionamento do Sistema recomendam-se os seguintes requisitos mínimos:

5.3.1.1 conexão de Internet com velocidade nominal de 2MB ou superior;

5.3.1.2 navegadores Internet Explorer 9 ou superior, Chrome ou Firefox;

5.3.1.3 javascript habilitado e pop-ups liberados (não bloqueados).

## **6. DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO**

6.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de acesso restrito e digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do Sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

6.1.1. O sistema de licitações estará disponível no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/> ou <http://e-lic.sc.gov.br/>, na área de acesso restrito.

6.1.2. Efetuado login no Sistema, o fornecedor somente irá visualizar os Editais em que esteja cadastrado no grupo-classe.

6.2. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

6.2.1. Quando a licitante for beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverá manifestar em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei.

6.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.

6.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, importa na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

6.5. Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

6.6. As licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.7. O fornecedor descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedoros terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.



## 7. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa, até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório e/ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico via internet, nos endereços eletrônicos [www.portaldecompras.sc.gov.br](http://www.portaldecompras.sc.gov.br), quando optar por efetuar o download do Edital como interessado ou [e-lic.sc.gov.br](http://e-lic.sc.gov.br), quando acessar o *link* do processo, selecionando painel de controle botão “Fórum”.

7.1.1. Fornecedores cadastrados podem optar ao efetuar o *login*, acessando o processo eletrônico, botão “Impugnação”.

7.2. O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação, inserir anexos na aba correspondente.

7.2.1. As impugnações registradas no Sistema, com ou sem anexos, constituem meio legal de prova, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

7.3. Não serão aceitos quaisquer documentos senão pelo Sistema eletrônico.

7.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

## 8. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

8.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, as licitantes interessadas deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o(s) respectivo(s) Anexo(s), até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.2. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente enviada.

8.3. As licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.

8.4. A proposta enviada não poderá ter prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

8.5. Sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica deverá ser preenchida indicando o valor unitário e total dos serviços, expressos em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais no campo “valor da proposta”.

8.6. No valor da proposta devem estar inclusos todos os custos com a remuneração, encargos sociais, operacionais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, bem como taxas, impostos, fretes, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

8.6.1. A licitante deverá apresentar em sua proposta apenas um preço por item do edital, vetada diferenciação de preços em decorrência de local de entrega do item, forma ou local de acondicionamento do item ou quaisquer outras circunstâncias não previstas neste instrumento.

8.7. A proposta de preços com base nas especificações constantes neste Edital e seus Anexos, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, que contém, obrigatoriamente, a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*).

8.7.1. A licitante não poderá identificar-se (nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.) nesta proposta comercial, **sob pena de desclassificação**.



8.8. As licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro Geral de Fornecedores, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “chat” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (*e-mail*).

8.9. As propostas apresentadas serão irretroatáveis e irrenunciáveis, na forma da lei.

8.10. A apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições deste Edital.

8.11. A licitante vencedora do certame, quando houver Cotação de Proposta por Lote, deverá ajustar sua proposta no Sistema eletrônico, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do encerramento da fase de recursos.

8.11.1. Quando por lote, o valor unitário readequado não poderá ser superior àquele oferecido na proposta inicial registrada no sistema e-Lic.

8.11.2. Quando por lote, o valor unitário readequado de cada item não poderá ser superior aos valores individuais de referência definidos para a licitação, disponíveis no processo e no sistema e-Lic.

## 9. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

9.1. Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

9.2. Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

9.3. O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

9.4. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema Eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.5. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

## 10. DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

10.1. A partir do horário previsto no Edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico, momento em que o Sistema disponibilizará campo próprio (*Chat*) para troca de mensagens entre o pregoeiro e as licitantes.

10.2. O pregoeiro verificará propostas eletrônicas enviadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

10.2.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.1.1 O fornecedor que tiver a sua proposta desclassificada, terá o tempo de 5 (cinco) minutos para solicitar reconsideração, findo o qual, o pregoeiro irá analisar a justificativa, fundamentando sua decisão.

10.2.1.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.2.2. O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.2.3. As propostas apresentadas com o mesmo valor serão ordenadas automaticamente pelo sistema, por meio de sorteio eletrônico.

10.3. A partir do horário previsto no Edital o pregoeiro dará início à etapa da disputa.



- 10.3.1. O pregoeiro abrirá o item/lote quando então as licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do Sistema eletrônico.
- 10.3.2. O lance deverá ser pelo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**.
- 10.3.3. Será considerada como primeiro lance a proposta inicial apresentada.
- 10.4. As licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro, visualizando seu horário e valor no *link* "histórico de lances".
- 10.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos somente inferiores ao último ofertado e registrado pelo Sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro.
- 10.6. Somente a licitante de menor lance dentre os ofertados, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone "troféu".
- 10.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 10.7.1. O Sistema não identificará os autores dos lances, podendo visualizar valores e horários registrados no *link* "histórico de lances".
- 10.8. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa "aberto e fechado"** em que as licitantes apresentarão, no Sistema Eletrônico, lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 10.8.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 10.8.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.8.3. No procedimento de que trata o subitem supra, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 10.8.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.8.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 10.9. Depois de encerrados, automaticamente, os itens/lotes para a recepção de lances, por comando do pregoeiro, encerrar-se-á a fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema Eletrônico emitirá aviso via *chat* iniciando as fases de negociação, aceitabilidade e habilitação.
- 10.10. O Sistema, automaticamente, verificará os requisitos para a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006 e na sequência o pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 10.10.1. Deverá o pregoeiro, antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo Sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha enviado o lance de menor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 10.10.2. A negociação será realizada por intermédio do Sistema de troca de mensagens (*chat*), podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 10.10.3. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela



Administração.

## 11. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, será considerada primeira classificada a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos em conformidade com este Edital, apresentar o “**MENOR PREÇO POR ITEM**”.

11.2. O pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.2.1. da existência de registros impeditivos da contratação no CGU-PAD, que contempla Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), e Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD) (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

11.2.2. da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

11.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa da licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.4. Caso conste na consulta de situação da licitante a existência de ocorrências, a licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.3. O pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que envie:

11.3.1. A proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, constando valores totais e unitários, conforme modelo constante no **Anexo I-D (orçamento sintético)** e **Anexo I-E (Cronograma Físico-Financeiro)**, **Anexo I-F (BDI)** e **Anexo I-M (Informações da empresa para contratação)** constando:

11.3.1.1 As informações da empresa vencedora a contratação conforme Anexo I-M;

11.3.1.2 Razão Social da empresa;

11.3.1.3 Endereço completo e atualizado;

11.3.1.4 Telefone para contato;

11.3.1.5 Endereço de e-mail;

11.3.1.6 Representante legal da empresa (nome, CPF, RG, cargo/função na empresa, telefones de contato);

11.3.1.7 Sócio(s) majoritário(s) da empresa (nome, CPF/CNPJ, RG) conforme ato constitutivo vigente.

11.3.1.8 Dados bancários:

- Banco (nº e nome do banco para pagamento);
- nº da agência bancária com dígito;
- nº da conta bancária com dígito.

11.3.2. Declaração de atendimento às legislações vigentes conforme anexo IV deste edital.

11.3.3. Os documentos exigidos para habilitação constantes no item 12 deste edital que não estejam contemplados no CCF, ou que estejam vencidos neste cadastro.



11.3.3.1 Os documentos de habilitação solicitados ao item 11.3.3. devem ser apresentados em arquivo distinto dos documentos referentes a proposta atualizada de preços, para análise no momento oportuno do rito licitatório.

11.4. Os documentos solicitados no subitem 11.3 deverão ser inseridos como Anexos no Sistema Eletrônico em até 01 (um) dia útil, a contar da convocação do pregoeiro, via “CHAT”.

11.5. Se a licitante primeiro classificada, após a fase de negociação, quando solicitado, não apresentar documento adicional e/ou amostra, e, quando enviado, os mesmos não atenderem ao exigido no Edital, terá sua proposta desclassificada.

11.6. Serão desclassificadas as propostas que:

11.6.1. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Detalhamento do objeto (Anexo I);

11.6.2. contiverem vícios insanáveis;

11.6.3. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

11.6.4. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

11.7. Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital.

11.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

11.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**11.10. Dos critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global;**

11.10.1. Não serão aceitos os preços unitários ou global que possuam valor superior aos valores estimados no orçamento estimativo elaborado para esta licitação;

11.11. Para os efeitos de verificação de inexecuibilidade dos preços da proposta, serão empregados os critérios constantes do art. 59 da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores em vigência na data prevista para a entrega das propostas, tanto para preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes.

11.12. A Comissão de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada. Ela poderá desclassificar a proposta que:

11.12.1. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

11.12.2. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.12.3. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável

11.13. Na hipótese do item 11.11, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos adotados nas composições do valor global.

## **12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **12.1. Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF:**



12.1.1. A habilitação das licitantes será analisada por meio do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, emitido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação, para verificação da regularidade dos documentos a seguir elencados, devendo apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas.

12.1.2. Os documentos exigidos para habilitação, que não estejam contemplados no CCF ou que estejam vencidos no Cadastro deverão ser apresentados por meio eletrônico, após convocação do pregoeiro no Sistema Eletrônico via “Chat”, em até 01 (um) dia útil, inseridos como Anexos no Sistema Eletrônico.

12.1.3. O pregoeiro ou equipe de apoio, verificará, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados, constituindo meio legal de prova, para fins de habilitação.

## 12.2. Da habilitação jurídica:

12.2.1. Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de Empresa Individual; ou

12.2.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores; ou

12.2.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civas, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício, devidamente registrado em cartório; ou

12.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ou

12.2.5. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 12.3. Da habilitação fiscal, social e trabalhista:

12.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);

12.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

12.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante ou outra equivalente, na forma da lei;

12.3.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;



12.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.3.6. Os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista exigidos deverão apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

12.3.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.8. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.3.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### 12.4. **Da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte:**

12.4.1. A regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentem restrição (documento vencido) no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, deverá ser comprovada, com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.4.2. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações previstas neste Edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

12.4.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de apuração de ocorrência da prática de crime na esfera penal.

12.4.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 12.5. **Da qualificação econômico-financeira:**

12.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c” da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples

12.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).



12.5.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas: Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

12.5.4. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

12.5.5. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

12.5.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

12.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.5.8. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitam-se ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

12.5.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.5.10. Para consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para as licitantes individuais.

#### 12.6. Da qualificação técnica:

12.6.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade.

12.6.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.6.3. Capacidade técnica profissional:

12.6.3.1 A licitante deverá comprovar que dispõe de equipe técnica mínima, devidamente registrada no conselho profissional pertinente com atribuição para a execução do objeto, composta no mínimo por:

- Engenheiro Civil: Experiência comprovada através da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado no conselho competente, comprovando atuação em desobstrução e limpeza de rio ou similar ou desassoreamento.

Item	Profissional	Características da experiência técnica	Quantidade (dados da curva ABC)	Quantidade a ser comprovada
------	--------------	--	---------------------------------	-----------------------------



		<b>anterior a ser comprovada</b>		
01	Engenheiro Civil	Escavação embarcada e por transporte por batelão	222.220,00 m <sup>3</sup>	11.110,00 m <sup>3</sup>
02		Hidrossemeadura	133.400,00 m <sup>2</sup>	66.700,00 m <sup>2</sup>
03		Execução de dreno tubo PEAD, DN 100 ou superior	6.360,00 m	3.180,00 m

12.6.3.2 Para comprovação de vínculo, deverão ser juntados qualquer um dos documentos abaixo para os profissionais citados:

12.6.3.2.1. No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (contendo as folhas que demonstrem o número de registro, a qualificação civil e contrato de trabalho) ou Ficha de Registro de Empregados ou do Livro de Registro de Empregados, onde conste o referido registro do trabalhador;

12.6.3.2.2. No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede do licitante;

12.6.3.2.3. No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviço vigente ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste;

12.6.3.2.4. Comprovação de vínculo técnico profissional por meio de certidões do Conselho de fiscalização do exercício profissional competente (CREA, CAU ou CRT), no qual comprove que o profissional seja o responsável técnico da empresa ou faça parte do quadro técnico.

12.6.4. Capacidade técnica operacional:

12.6.4.1 A licitante deverá comprovar sua capacidade técnico-operacional, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.



Item	Profissional	Características da experiência técnica anterior a ser comprovada	Quantidade (dados da curva ABC)	Quantidade a ser comprovada
01	Engenheiro Civil	Escavação embarcada e transporte por batelão	222.220,00 m <sup>3</sup>	111.110,00 m <sup>3</sup>
02		Hidrossemeadura	133.400,00 m <sup>2</sup>	66.700,00 m <sup>2</sup>
03		Execução de dreno tubo PEAD, DN 100 ou superior	6.360,00 m	3.180,00 m

**12.7. A vistoria dos locais de prestação dos serviços é facultativa.**

12.7.1. A opção pela não realização de vistoria obriga a licitante a apresentação do Anexo I-B, que deverá ser apresentado juntamente com os documentos adicionais.

12.7.2. A opção pela realização de vistoria obriga a licitante à apresentação do Anexo I-A.

12.7.3. Endereços e contatos para agendamento de vistoria estão no Anexo I.

12.7.4. Pela vistoria, a licitante ratifica ter tomado conhecimento de todas as peculiaridades dos serviços a serem executados, bem como das dificuldades existentes para sua execução, não se admitindo posteriormente, a alegação de desconhecimento.

12.8. Todos documentos deverão ser apresentados na língua nacional do Brasil, ou original traduzido por tradutor oficial, por meio eletrônico, em até 01 (um) dia útil após convocação do pregoeiro via “Chat”, inseridos como Anexos no Sistema Eletrônico.

12.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021):

12.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



12.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.12. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e realizará a negociação, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

12.13. Os documentos quando solicitados por meio eletrônico, deverão ser inseridos como Anexos no Sistema, no prazo de até 01 (um) dia útil, a contar da convocação do pregoeiro, via “CHAT”.

### **13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

13.1. Após a fase de habilitação, encerrados os itens/lotos e declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata, em campo próprio do Sistema, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a envio das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a enviar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

13.1.1. A falta de manifestação imediata da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 13.1, importará na decadência desse direito.

13.1.2. Para fins deste Edital considera-se “imediata”, a manifestação realizada no prazo de 30 (trinta) minutos, contado a partir do encerramento da fase de habilitação.

13.2. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3. O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir Anexos antes de fechar a janela.

13.3.1. Os recursos registrados no Sistema, constituem meio legal de prova, desde que devidamente assinados, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

13.4. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal.

13.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

### **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 deixar de apresentar amostra;

14.1.2.4 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



- 14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.5. fraudar a licitação;
- 14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1 e 14.1.2 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e



14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 9º do Decreto Estadual nº 441/2024.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **15. DA CONTRATAÇÃO**

15.1. A celebração do Contrato será formalizada com o órgão requisitante, mediante a emissão do Contrato, consoante minuta que constitui o Anexo IV deste Edital.

15.1.1. A empresa deverá apresentar relação contendo o nome dos sócios, CPF, endereço da sede, foto da fachada, etc. (Lei Estadual nº. 17.983/2020).

15.2. Da convocação para assinatura do Contrato:

15.2.1. Transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, a licitante vencedora será convocada via endereço eletrônico (e-mail) para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o Contrato.

15.2.1.1 A assinatura do contrato se dará de forma eletrônica, mediante uso de certificação digital ICP Brasil, no mesmo prazo indicado no subitem acima.

15.2.1.2 A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela Contratante.



15.2.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital e seus Anexos, que será declarada a vencedora do certame, devendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

### 15.3. Da execução do Contrato

15.3.1. São partes integrantes do Contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente Edital de licitação, seus Anexos e quaisquer complementos, bem como os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

## 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, limitada exclusivamente a serviços acessórios, tais como levantamentos topográficos e fornecimento de equipamentos específicos necessários à execução do objeto.

16.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

16.4. A Contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

16.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. As despesas referentes à execução do Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza de Despesa	Fonte
350091	15988	44.90.51.82	1.500.100.000

## 18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Cópias e vistas obedecerão aos seguintes procedimentos:

18.1.1. Cópia deste Edital e seus Anexos poderá ser obtida pelos interessados, no endereço eletrônico <http://portaldecompras.sc.gov.br/>.

18.1.2. Vistas ao processo licitatório poderão ser realizadas no endereço eletrônico <http://www.sea.sc.gov.br/>, por intermédio do link "SGP-e" informando o nº do processo **SDC 4629/2025**.



- 18.2. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 18.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.4. A Secretaria de Estado da Administração – SEA poderá revogar o presente prego por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 18.5. O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Secretaria de Estado da Administração – SEA, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas e Documentos Adicionais.
- 18.5.1. Caso ocorram alterações neste Edital, as mesmas serão disponibilizadas no site <http://portaldecompras.sc.gov.br/>, e ainda, enviadas aos interessados registrados.
- 18.6. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste Edital e seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 18.7. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 18.9. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.

**Vânio Boing**  
**Secretário de Estado da Administração**  
*(Assinado Digitalmente)*



**ANEXO I**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**DETALHAMENTO DO OBJETO**

**1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de limpeza e melhoramento fluvial nos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, localizados no Município de Rio do Sul/SC

ITEM	GRUPO CLASSE	CÓDIGO	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	0723	503110003	Contratação de empresa especializada para à execução de serviços de melhoramento fluvial no Município de Rio do Sul – SC, abrangendo aproximadamente 13,34 km nos Rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul.	Por Serviço	1

**(1) Quantidades máximas para contratação:** As quantidades máximas estimadas para contratação são as informadas na tabela acima, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação.

(2) As proponentes devem oferecer propostas prevendo o quantitativo total solicitado para cada item, sendo vetado o oferecimento de quantidades menores que o consumo estimado neste instrumento

(3) Em caso de divergência entre as descrições deste edital e do sistema e-lic, as informações deste documento prevalecerão.

1.1. O melhoramento abrange as atividades de desassoreamento, remoção de sedimentos e vegetação exótica, recuperação e estabilização de taludes, transporte e destinação adequada do material dragado, ao longo de aproximadamente 13,34 km de extensão total, sendo 5,91 km no Rio Itajaí do Oeste e 7,43 km no Rio Itajaí do Sul.

## **2. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

2.1. Prazo de entrega/execução

2.1.1. O prazo de execução será de 600 (seiscentos) dias contados da assinatura da Ordem de Serviço.

2.2. O regime de execução da prestação dos serviços será:

2.2.1. Empreitada por preço unitário.

2.3. Local e endereço de entrega

Coordenadas UTM 22J

●Rio Itajaí do Oeste (5,91 km) Inicial: 27°14'41.65"S 49°41'27.05"O Final: 27°13'10.15"S 49°38'57.63"O

●Rio Itajaí do Sul (7,43 km) Inicial: 27°16'38.59"S 49°39'01.55"O Final: 27°13'20.26"S 49°38'47.55"O

## **3. LEIS E REGULAMENTAÇÕES:**



3.1. O nível do Rio Itajaí-Açu atingiu 8,37 metros em 05 de outubro de 2023, ensejando a edição do Decreto Municipal nº 12.277, posteriormente homologado pelo Estado por meio do Decreto nº 302, de 11/10/2023, e reconhecido pelo Governo Federal através da Portaria nº 3.345, de 26/10/2023. No mês subsequente, novos episódios pluviométricos agravaram o cenário, culminando no Decreto Municipal nº 12.431, de 17/11/2023, igualmente homologado pelo Decreto Estadual nº 377, de 29/11/2023, e reconhecido pela Portaria Federal nº 3.724, de 01/12/2023.

#### 4. VISTORIA:

##### 4.1. Vistoria facultativa

4.1.1. Caso a empresa opte pela realização de vistoria técnica, poderá ser realizado agendamento de segunda a quinta-feira, das 13:00 horas às 19:00 horas, por meio dos canais abaixo.

4.1.1.1. Unidade responsável pelo agendamento da vistoria:

Diretoria de Obras e Projetos Especiais, Diretor Douglas Leandro Meinheim. Telefone para agendamento da vistoria: (48) 3664-7013 e email: diop@defesacivil.sc.gov.br

#### 5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

##### 5.1 Prazos

5.1.1. Prazo de troca de serviços rejeitados: 15 dias contados a partir da comunicação formal do CONTRATANTE informando a rejeição.

5.1.2. Prazo de Recebimento provisório do objeto: Até 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação formal da conclusão dos serviços pela Contratada, condicionada à entrega e conferência dos relatórios técnicos (batimetria, topografia e registro fotográfico) que comprovem a execução do objeto.

5.1.3. Prazo de recebimento definitivo do objeto: Até 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório.

5.1.4. Prazo de liquidação do documento fiscal: até o 20º dia do mês posterior à prestação dos serviços, desde que útil, e desde que a despesa esteja devidamente atestada pelo agente responsável.

5.1.5. Prazo de pagamento: Em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA com base nas medições de serviços executados, devidamente aprovados pela Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no Contrato.

5.2. Em se tratando de serviços, indicar os critérios de medição abaixo: As medições dos serviços de engenharia serão realizadas pela Fiscalização, por preço unitário, mediante verificação in loco e conferência com os quantitativos previstos, registrando-se os resultados em documento específico que servirá de base para o acompanhamento da execução e para a emissão dos pagamentos devidos.

5.3. As medições ocorrerão somente após a entrega e aprovação dos relatórios de batimetria e topografia, os quais constituirão a referência técnica para validação dos volumes de material removido e dos demais serviços executados.

5.4. Após a aprovação dos serviços executados, será realizado o recebimento provisório. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, condicionado à verificação da plena conformidade dos serviços executados com as especificações contratuais.

5.5. Caso o objeto seja rejeitado, a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para refazer o serviço. A não realização da substituição dentro do prazo estipulado impedirá a realização da medição dos serviços e conseqüentemente a emissão do recebimento provisório.

5.6. O recebimento provisório ocorrerá antes da liquidação/pagamento da despesa, e o definitivo será emitido 15 dias após o provisório.



5.7. Os prazos foram definidos em conformidade com o Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a liquidação ocorra após o recebimento provisório e antes do pagamento definitivo, evitando questionamentos e assegurando o cumprimento das exigências contratuais.

5.8. A execução antecipada de serviço, à revelia do Cronograma da Proposta Vencedora, sem a prévia comunicação e anuência por parte da Comissão de Fiscalização e da diretoria responsável pelo Contrato, não gera obrigação de pagamento antecipado em favor da CONTRATADA.

5.9. A execução de serviços não previstos em Contrato, ainda que supostamente necessários, sem a prévia comunicação e anuência por parte da Comissão de Fiscalização e da diretoria responsável pelo Contrato, não gera obrigação de pagamento em favor da CONTRATADA.

5.10. Não serão medidos, nem em fração, os serviços parcialmente executados, salvo se houver previsão específica; são exemplos de execução parcial: conjuntos de materiais com partes faltantes; insumos presentes na obra, mas fora da posição final; equipamentos em estado não operacional, isto é, desenergizados, sem todas as conexões realizadas, impossíveis de serem testados ou configurados etc.

5.10. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA com base nas medições de serviços executados, devidamente aprovados pela Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no Contrato.

5.11. O prazo de liquidação dos do documento fiscal será até o 20º dia do mês posterior à prestação dos serviços, desde que útil, e desde que a despesa esteja devidamente atestada pelo agente responsável.

5.12. Para efeito de medição e pagamento somente poderão ser considerados os serviços e obras efetivamente executados, respeitada a rigorosa conferência com o projeto e as planilhas de orçamento apresentadas e aprovadas, objetivando o cumprimento das etapas, dentro do prazo previsto.

5.13. O primeiro pagamento, referente aos serviços executados ficará, também, condicionado à apresentação dos seguintes comprovantes, cujas taxas deverão ser pagas pela CONTRATADA:

- a. Documento de responsabilidade técnica pela execução da obra registrado junto ao CREA (ART) ou CAU (RRT), com respectivo comprovante de pagamento;
- b. Documentos fiscais exigidos no Edital, quais sejam:

- I) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- II) Certidão Negativa de Débito – CND comprovando sua regularidade relativa à Seguridade Social;
- III) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal com a apresentação Certidão Negativa de Tributos Federais e Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;
- IV) Certidão Negativa comprovando a regularidade com a Fazenda Estadual; V) Certidão Negativa comprovando a regularidade com a Fazenda Municipal; VI) Prova de Regularidade relativa à Justiça do Trabalho.



**ANEXO I-A**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro para atendimento ao disposto no subitem 12.7 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0096/2026, promovido pela Secretaria de Estado da Administração, que a empresa ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., Cidade...../UF....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do senhor ....., visitou e vistoriou as dependências da ....., e tomou conhecimento das necessidades e peculiaridades dos locais para prestação dos serviços, objeto do Pregão Eletrônico nº 0096/2026.

...../SC,..... de ..... de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
Nome:  
Cargo/Função:  
RG/Registro:  
Matrícula:



**ANEXO I-B**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro para atendimento ao disposto no subitem 12.7 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0096/2026, promovido pela Secretaria de Estado da Administração, que a empresa ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., Cidade...../UF....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do senhor ..... tem pleno conhecimento do objeto licitado bem como, das peculiaridades e dificuldades existentes para execução dos serviços/contrato. DECLARA ainda que possui informações necessárias para elaboração da proposta de preços, responsabilizando-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na vistoria/verificação dos locais de prestação dos serviços.

...../SC,..... de ..... de 2025.

NOME, CARGO E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESA  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA e CNPJ



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



**ANEXO I-C**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**MEMORIAL DESCRITIVO**

(Disponível para consulta no portal SGPE nos autos do processo SDC 4629/2025 , pág. 167-171 e Portal de Compras do Estado de Santa Catarina)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



**ANEXO I-D**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**ORÇAMENTO SINTÉTICO**

(Disponível para consulta no portal SGPE nos autos do processo SDC 4629/2025 , pág. 172-178 e Portal de Compras do Estado de Santa Catarina)



**ANEXO I-E**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**RELATÓRIO DE CRONOGRAMA DO ORÇAMENTO**



ESTADO DE SANTA CATARINA

**Relatório de Cronograma do Orçamento**

Orçamento : 26777/SDC-FUNPDEC - 1/2025  
Data referência do orçamento : 17/10/2025  
Descrição : Limpeza e melhoramento fluvial  
Versão : RIO DO SUL  
Dimensão : 1,00 UN  
Data Base : 01/07/2025  
Órgão solicitante : 350091 - SDC-FUNPDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil  
Órgão elaborador : 350091 - SDC-FUNPDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil

Cronograma	Observação do Cronograma	Dias do Cronograma									
1		600									
	Total do Grupo	1º (30dias)	2º (60dias)	3º (90dias)	4º (120dias)	5º (150dias)	6º (180dias)	7º (210dias)	8º (240dias)	9º (270dias)	10º (300dias)
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	% 5,33	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	R\$ 1.090.306,87	54.515,34	54.515,34	54.515,35	54.515,34	54.515,35	54.515,34	54.515,34	54.515,35	54.515,34	54.515,34
MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	% 0,58	25,00	25,00								
	R\$ 117.590,91	29.397,72	29.397,73								
SERVIÇOS INICIAIS	% 0,56	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	R\$ 115.026,20	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31
RIO ITAJAÍ DO OESTE - 5,910 KM	% 0,00										
	R\$ 0,00										
RIO ITAJAÍ DO SUL - 7,430 KM	% 0,00										
	R\$ 0,00										
ACOMPANHAMENTO TÉCNICO	% 1,14	20,00					20,00				
	R\$ 231.787,40	46.357,48					46.357,48				
ANÁLISES LABORATORIAIS	% 1,09	20,00					20,00				
	R\$ 223.464,10	44.692,82					44.692,82				
Valor parcial:	R\$ 20.422.797,59	180.714,67	89.664,38	60.266,66	60.266,65	60.266,66	151.316,95	60.266,65	60.266,66	60.266,65	60.266,65
Valor acumulado:	R\$ 20.422.797,59	180.714,67	270.379,05	330.645,71	390.912,36	451.179,02	602.495,97	662.762,62	723.029,28	783.295,93	843.562,58

	Total do Grupo	11º (330dias)	12º (360dias)	13º (390dias)	14º (420dias)	15º (450dias)	16º (480dias)	17º (510dias)	18º (540dias)	19º (570dias)	20º (600dias)
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	% 5,33	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	R\$ 1.090.306,87	54.515,35	54.515,34	54.515,34	54.515,35	54.515,34	54.515,34	54.515,34	54.515,35	54.515,34	54.515,35
MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	% 0,58									25,00	25,00
	R\$ 117.590,91									29.397,73	29.397,73
SERVIÇOS INICIAIS	% 0,56	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	R\$ 115.026,20	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31	5.751,31
RIO ITAJAÍ DO OESTE - 5,910 KM	% 0,00										
	R\$ 0,00										
RIO ITAJAÍ DO SUL - 7,430 KM	% 0,00										
	R\$ 0,00										
ACOMPANHAMENTO TÉCNICO	% 1,14	20,00				20,00					20,00
	R\$ 231.787,40	46.357,48				46.357,48					46.357,48



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



ESTADO DE SANTA CATARINA

Relatório de Cronograma do Orçamento

Orçamento : 26777/SDC-FUNPDEC - 1/2025  
Data referência do orçamento : 17/10/2025  
Descrição : Limpeza e melhoramento fluvial  
Versão : RIO DO SUL  
Dimensão : 1,00 UN  
Data Base : 01/07/2025  
Órgão solicitante : 350091 - SDC-FUNPDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil  
Órgão elaborador : 350091 - SDC-FUNPDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil

	Total do Grupo	11º (330dias)	12º (360dias)	13º (390dias)	14º (420dias)	15º (450dias)	16º (480dias)	17º (510dias)	18º (540dias)	19º (570dias)	20º (600dias)
ANÁLISES LABORATORIAIS	%	1,09		20,00	20,00				20,00		
	R\$	223.464,10		44.692,82	44.692,82				44.692,82		
Valor parcial:	R\$	20.422.797,59	106.624,14	60.266,65	104.959,47	104.959,48	106.624,13	60.266,65	60.266,66	104.959,47	89.664,38
Valor acumulado:	R\$	20.422.797,59	950.186,72	1.010.453,37	1.115.412,84	1.220.372,32	1.326.996,45	1.387.263,10	1.447.529,76	1.552.489,23	1.642.153,61
											1.778.175,48

Edvaldo dos Santos Júnior  
Assessor Técnico

Edvaldo dos Santos Junior  
Assessor Técnico

(Disponível para consulta no portal SGPE nos autos do processo SDC 4629/2025 , pág. 186-187)



**ANEXO I-F**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**BDI**

COMPOSIÇÃO DO BDI REFERENCIAL					
<b>PROCESSO:</b>	SDC 4629/2025 - Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de limpeza e melhoramento fluvial dos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, localizados no município de Rio do Sul/SC.				
<b>ORÇAMENTO:</b>	26777/SDC-FUNPDEC - Limpeza e melhoramento fluvial, Trecho Rio do Sul				
<b>LOCAL:</b>	Município de Rio do Sul - SC				
<b>FÓRMULA:</b>	$BDI = \frac{(((1+ AC + S+ R).(1+DF).(1+L))}{(1- (PIS+COFINS + ISS))} - 1$				
<b>BÁSE DE CÁLCULO DO ISSQN</b>	<input type="checkbox"/> SOBRE TOTAL		<input checked="" type="checkbox"/> SOBRE SERVIÇO		
<b>OCORRÊNCIA DA DESONERAÇÃO DO PAGAMENTO</b>	<input type="checkbox"/> COM DESONERAÇÃO		<input checked="" type="checkbox"/> SEM DESONERAÇÃO		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	SIE	LIMITES TCU		
		PROPOSTO	1º QUANTIL	MÉDIO	3º QUANTIL
AC =	Administração Central	4,00%	3,00%	4,00%	5,50%
S + G =	Seguro + Garantia	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
R =	Risco	1,27%	0,97%	1,27%	1,27%
DF =	Despesa Financeira	1,23%	0,59%	1,23%	1,39%
L =	Lucro	7,40%	6,16%	7,40%	8,96%
I =	Taxa de tributos TOTAL	4,65%			
I =	Taxa de tributos CPRB	0,00%			
I =	Taxa de tributos PIS	0,65%			
I =	Taxa de tributos COFINS	3,00%			
I =	Taxa de tributos ISS	1,00%			
BDI calculado		20,84%			
REFERÊNCIAS: INSTRUÇÃO NORMATIVA SIE – Nº 0002/2020					
AC, S, G, R, L	Acórdão 2622/2013 - TCU. SIE - IN 02/2020				
DF	SIE - IN 02/2020 $[1 + (TAXA SELIC/100)]^{(DU/252)} - 1$				
ISS*	Código tributário do município de Rio do Sul - Leis Complementares nº 182/2008, nº 231/2011, nº 250/2012)				2,0%
PIS*	Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002				
COFINS*	Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003				
CPRB*	Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015				
TAXA SELIC	<a href="https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historico/taxas/sums">https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historico/taxas/sums</a>				15,00
REFERÊNCIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA SIE – Nº 0002/2020		INSTRUÇÃO NORMATIVA SIE – Nº 003/2021		
<p><b>Edvaldo dos Santos Junior</b> Engenheiro Civil CREA/SC 187071-7 Assessor Técnico Matrícula: 0734218-7-01 Diretoria de Obras e Projetos Especiais Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil</p>					

(Disponível para consulta no portal SGPE nos autos do processo SDC 4629/2025 , pág. 535)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



ANEXO I-G  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026  
ORÇAMENTO ANALÍTICO

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Orçamento Analítico**

Órgão : SDC-FUNPDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil  
Ano : 2025  
Orçamento : 26777/SDC-FUNPDEC - Limpeza e melhoramento fluvial  
Município(s) : Florianópolis  
Versão : 1 - RIO DO SUL  
Extensão : 1,000 UN  
Tabela de Origem : 251 - Tabela Referencial de Preço SINAPI 2025 JULHO Onerada  
255 - Tabela Referencial de Preço SICRO JULHO 2025 Onerada

Valores Expressos em Reais (R\$)  
Data base do orçamento (T) : 01/07/2025

Tabela de Origem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unit.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unit. c/ BDI	Preço total
PRÓPRIA 07/25	182	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - (IN SIE Nº 003/2021, Acórdão nº 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU) - até 5,23% do custo direto referente à média.)	UN	1,000	0,00	901.527,10	901.527,10	20,34	1.090.306,87	1.090.306,87	1.090.306,87
<b>Total do Grupo**:</b>											1.090.306,87
PRÓPRIA 07/25	402	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	UN	1,000	97.230,78	0,00	97.230,78	20,34	117.590,91	117.590,91	117.590,91
<b>Total do Grupo**:</b>											117.590,91
PRÓPRIA 07/25	430	PLACA DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	M2	1.500	483,03	61,08	544,11	20,34	658,05	658,05	987,08
PRÓPRIA 07/25	431	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	2.500	447,72	85,81	533,53	20,34	645,25	645,25	1.613,13
SICRO 07/25	4500400	Preparo e regularização de terreno em desnível	M2	180,000	0,00	0,00	5,83	20,34	7,05	7,05	1.269,00
PRÓPRIA 07/25	445	EXECUÇÃO DE DEPOSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, MOBILIÁRIO NÃO INCLUIDO - (REF.: 93210/SINAPI)	M2	40,000	13,29	897,53	910,82	20,34	1.101,55	1.101,55	44.062,00
PRÓPRIA 07/25	448	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS NÃO INCLUIDO.	M2	20,000	16,85	897,53	914,37	20,34	1.105,84	1.105,84	22.116,80
PRÓPRIA 07/25	449	EXECUÇÃO DE REFETÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS NÃO INCLUIDO.	M2	30,000	93,21	624,98	718,20	20,34	868,59	868,59	26.057,70
PRÓPRIA 07/25	457	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, MOBILIÁRIO NÃO INCLUIDO. - (REF.: 93212/SINAPI)	M2	10,000	106,62	798,82	905,40	20,34	1.094,99	1.094,99	10.949,90
PRÓPRIA 07/25	211	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA E ESGOTO	UN	2,000	431,93	1.265,44	1.697,37	20,34	2.052,80	2.052,80	4.105,60
PRÓPRIA 07/25	248	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA	UN	1,000	1.554,92	1.640,68	3.195,60	20,34	3.865,00	3.865,00	3.865,00
<b>Total do Grupo**:</b>											115.026,21

SICOP Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas  
Emitido em: 04/11/2025  
Página: 1 de 6

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Orçamento Analítico**

04 - RIO ITAJÁ DO OESTE - 5,919 KM  
04.01 - SERVIÇOS INICIAIS ACESSOS - RIO ITAJÁ DO OESTE

Tabela de Origem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unit.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unit. c/ BDI	Preço total
SINAPI 07/25	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES ( DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_ 03/2024	M2	59.100,000	0,00	0,69	0,68	20,94	0,82	0,82	48.462,00
SINAPI 07/25	96400	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE MACADAME SECO, COM ESPESURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_ 09/2024	M3	1.200,000	147,42	27,99	175,37	20,94	212,09	212,09	254.508,00
04.02 - MARGENS - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EXÓTICA											
SICRO 07/25	5501701	Destocamento de árvores com diâmetro de 0,15 a 0,30 m	UN	600,000	0,00	0,00	52,37	20,94	63,34	63,34	38.004,00
SICRO 07/25	5501702	Destocamento de árvores com diâmetro maior que 0,30 m	UN	1.500,000	0,00	0,00	130,93	20,94	158,35	158,35	237.525,00
PRÓPRIA 07/25	110	TRITURAÇÃO DE GALHOS E TRONCOS	H	600,000	811,46	0,00	1.044,39	20,94	1.263,09	1.263,09	757.854,00
04.03 - REMOÇÃO DE SEDIMENTOS/MATERIAL DA CALHA DO RIO - RIO ITAJÁ DO OESTE											
PRÓPRIA 07/25	377	ESCAVAÇÃO COM ESCAVADORA HIDRÁULICA EM PLATAFORMA FLUTUANTE E TRANSPORTE EM BATELÃO.	M3	118.200,000	0,00	0,00	30,64	20,94	37,06	37,06	4.380.492,00
SINAPI 07/25	100979	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM ESCAVADORA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M P / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_ 07/2020	M3	153.660,000	0,00	7,21	7,20	20,94	8,71	8,71	1.338.378,50
SINAPI 07/25	95676	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_ 07/2020	M3XKM	307.320,000	0,00	2,30	2,29	20,94	2,77	2,77	851.276,40
04.04 - BOTA FORA - RIO ITAJÁ DO OESTE											
SINAPI 07/25	102690	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFORADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES. AF_ 07/2021	M	3.180,000	56,31	13,15	69,41	20,94	83,94	83,94	266.920,20
SINAPI 07/25	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES ( DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_ 03/2024	M2	28.000,000	0,00	0,69	0,68	20,94	0,82	0,82	22.960,00
SINAPI 07/25	101114	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/ LÂMINA: 2,19M3). AF_ 07/2020	M3	510,000	0,00	4,66	4,64	20,94	5,81	5,81	2.861,10
SINAPI 07/25	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_ 09/2024	M2	28.000,000	0,00	3,05	3,02	20,94	3,65	3,65	102.200,00
PRÓPRIA 07/25	146	CERCA DE MOURÕES DE MADEIRA ROLÇA, DIÂMETRO ENTRE 8 A 11CM, ALTURA LIVRE DE 1, 20M, CRAVADOS 0,9M. - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	350,000	23,74	31,40	55,13	20,94	66,67	66,67	23.334,50



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



ESTADO DE SANTA CATARINA

Orçamento Analítico

04.05 - REVEGETAÇÃO - RIO ITAJAÍ DO OESTE

Tabela de Orçgem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unít.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unít. c/ BDI	Preço total
SICRO 07/25	4413905	Hidrossemeadura	M2	59.100,000	4,67	0,00	6,55	20,94	7,92	7,92	468.072,00

04.05 - DESMONTE DOS ACESSOS - RIO ITAJAÍ DO OESTE

Tabela de Orçgem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unít.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unít. c/ BDI	Preço total
SICRO 07/25	5502910	Escavação, carga e transporte de solos moles - DMT de 2.500 a 3.000 m - caminho de serviço em leito natural - com caminhão basculante de 14 m³	M3	1.200,000	0,00	0,00	27,82	20,94	33,65	33,65	40.380,00

Total do Grupo\*: 8.833.236,80

05 - RIO ITAJAÍ DO SUL - 7.430 KM

05.01 - SERVIÇOS INICIAIS ACESSOS - RIO ITAJAÍ DO SUL

Tabela de Orçgem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unít.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unít. c/ BDI	Preço total
SINAPI 07/25	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_ 09/2024	M2	74.300,000	0,00	0,69	0,68	20,94	0,82	0,82	60.926,00
SINAPI 07/25	96400	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE MACADAME SECO, COM ESPESURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_ 09/2024	M3	1.200,000	147,42	27,99	175,37	20,94	212,09	212,09	254.508,00

05.02 - MARGENS - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EXÓTICA

Tabela de Orçgem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unít.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unít. c/ BDI	Preço total
SICRO 07/25	5501701	Destocamento de árvores com diâmetro de 0,15 a 0,30 m	UN	972,000	0,00	0,00	52,37	20,94	63,34	63,34	61.596,48
SICRO 07/25	5501702	Destocamento de árvores com diâmetro maior que 0,30 m	UN	2.000,000	0,00	0,00	130,93	20,94	158,35	158,35	316.700,00
PRÓPRIA 07/25	CPU110804	TRITURAÇÃO DE GALHOS E TRONCOS	H	600,000	811,46	0,00	1.044,39	20,94	1.263,09	1.263,09	757.854,00

05.03 - REMOÇÃO DE SEDIMENTOS MATERIAL DA CALHA DO RIO - RIO ITAJAÍ DO SUL

Tabela de Orçgem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unít.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unít. c/ BDI	Preço total
PRÓPRIA 07/25	CPU112377	ESCAVAÇÃO COM ESCAVADORA HIDRÁULICA EM PLATAFORMA FLUTUANTE E TRANSPORTE EM BATELÃO.	M3	104.020,000	0,00	0,00	30,64	20,94	37,06	37,06	3.854.981,20
SINAPI 07/25	100979	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM ESCAVADORA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_ 07/2020	M3	135.226,000	0,00	7,21	7,20	20,94	8,71	8,71	1.177.818,46
SINAPI 07/25	100939	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA INTERNA (DENTRO DO CANTEIRO - UNIDADE:M3XKM). AF_ 07/2020	M3XKM	270.452,000	0,00	6,98	6,97	20,94	8,43	8,43	2.279.910,36



ESTADO DE SANTA CATARINA

Orçamento Analítico

05.04 - BOTA FORA - RIO ITAJAÍ DO SUL

Tabela de Orçgem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unít.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unít. c/ BDI	Preço total
SINAPI 07/25	102690	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES. AF_ 07/2021	M	3.180,000	56,31	13,15	69,41	20,94	83,94	83,94	266.929,20
SINAPI 07/25	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_ 03/2024	M2	28.000,000	0,00	0,69	0,68	20,94	0,82	0,82	22.960,00
SINAPI 07/25	101114	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/ LÂMINA: 2,19M3). AF_ 07/2020	M3	510,000	0,00	4,65	4,64	20,94	5,61	5,61	2.861,10
SINAPI 07/25	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_ 09/2024	M2	28.000,000	0,00	3,05	3,02	20,94	3,65	3,65	102.200,00
PRÓPRIA 07/25	CPU146238	CERCA DE MOURÕES DE MADEIRA ROLÇA, DIÂMETRO ENTRE 8 A 11CM, ALTURA LIVRE DE 1,20M, CRAVADOS 0,5M, - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	350,000	23,74	31,40	55,13	20,94	66,67	66,67	23.334,50

05.05 - REVEGETAÇÃO - RIO ITAJAÍ DO SUL

Tabela de Orçgem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unít.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unít. c/ BDI	Preço total
SICRO 07/25	4413905	Hidrossemeadura	M2	74.300,000	4,67	0,00	6,55	20,94	7,92	7,92	588.456,00

05.06 - DESMONTE DOS ACESSOS - RIO ITAJAÍ DO SUL

Tabela de Orçgem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unít.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unít. c/ BDI	Preço total
SICRO 07/25	5502910	Escavação, carga e transporte de solos moles - DMT de 2.500 a 3.000 m - caminho de serviço em leito natural - com caminhão basculante de 14 m³	M3	1.200,000	0,00	0,00	27,82	20,94	33,65	33,65	40.380,00

Total do Grupo\*: 9.811.385,30

06 - ACOMPANHAMENTO TÉCNICO

Tabela de Orçgem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unít.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unít. c/ BDI	Preço total
PRÓPRIA 07/25	CPU105181	SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E BATIMETRIA	MES	10,000	0,00	36,40	19.165,48	20,94	23.178,74	23.178,74	231.787,40

Total do Grupo\*: 231.787,40



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



ESTADO DE SANTA CATARINA

**Orçamento Analítico**

07 - ANÁLISES LABORATORIAIS

Tabela de Ofgem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	Material	Sub.Serviço + MO	Custo Unid.	BDI(%)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unit. c/ BDI	Preço total
PRÓPRIA 07/25	479	ANÁLISE LABORATORIAL DA QUALIDADE DA ÁGUA COM PARÂMETROS: VAZÃO, PH, CONDUTIVIDADE ELÉTRICA, OXIGÊNIO DISSOLVIDO, TEMPERATURA. EM LABORATÓRIO DEVERÃO SER EXECUTADAS ANÁLISES DE QUALIDADE DE ÁGUA COM OS SEGUINTE PARÂMETROS: PH, CONDUTIVIDADE ELÉTRICA, ACIDEZ, SULFATO, FE, MN, AL, MG, CA, K, CU, CD, ZN, AS E HG	UN	15,000	0,00	560,91	560,91	20,94	678,36	678,36	10.175,40
PRÓPRIA 07/25	480	ANÁLISE LABORATORIAL SOLO COM PARÂMETROS TEXTURA, PH, ÍNDICE SMP, MATÉRIA ORGÂNICA, SATURAÇÃO DE BASES, SOMA DE BASES, FÓSFORO, POTÁSSIO, ÍONS (CÁLCIO, MAGNÉSIO, ALUMÍNIO, SÓDIO), H+AL, CTC.	UN	15,000	0,00	480,78	480,78	20,94	581,46	581,46	8.721,90
PRÓPRIA 07/25	690	PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO MEIO SOCIOAMBIENTAL	MES	10,000	0,00	0,00	6.705,55	20,94	8.109,69	8.109,69	81.096,90
PRÓPRIA 07/25	538	PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO MEIO BIÓTICO	MES	10,000	0,00	0,00	10.209,19	20,94	12.346,99	12.346,99	123.469,90

Total do Grupo\*: 223.464,10

Total Geral do Orçamento: 20.422.797,59

\*\* O Total do Grupo apresenta apenas os insumos que não são composições

Edvaldo dos Santos Júnior  
Assessor Técnico

Edvaldo dos Santos Júnior  
Assessor Técnico



ESTADO DE SANTA CATARINA

**Orçamento Analítico**

Descrição do grupo	Total do Grupo	Preço/UN
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.090.306,87	1.090.306,87
MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	117.590,91	117.590,91
SERVIÇOS INICIAIS	115.026,21	115.026,21
RIO ITAJAI DO OESTE - 5.910 KM	8.833.236,80	8.833.236,80
RIO ITAJAI DO SUL - 7.430 KM	9.811.385,30	9.811.385,30
ACOMPANHAMENTO TÉCNICO	231.787,40	231.787,40
ANÁLISES LABORATORIAIS	223.464,10	223.464,10
<b>Total geral</b>	<b>20.422.797,59</b>	<b>20.422.797,59</b>

(Disponível para consulta no portal SGPE nos autos do processo SDC 4629/2025 , pág. 523-528 e 530)



**ANEXO I-H**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**COMPOSIÇÃO DE SERVIÇO DO ORÇAMENTO**

(Disponível para consulta no portal SGPE nos autos do processo SDC 4629/2025 , pág. 188-502 e Portal de Compras do Estado de Santa Catarina)



**ANEXO I-I**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**CURVA ABC DE MATERIAL**

(Disponível para consulta no portal SGPE nos autos do processo SDC 4629/2025 , pág. 506-519 e Portal de Compras do Estado de Santa Catarina)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



ANEXO I-J  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026  
CURVA ABC DE MÃO DE OBRA



ESTADO DE SANTA CATARINA

Relatório da Curva ABC de Mão de Obra (sem Encargos Sociais) (Sem Bonificação)

Órgão : SDC-FUNPDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil  
Orçamento : 28777/SDC-FUNPDEC-1/2025  
Município(s) : Florianópolis  
Dimensão : 1,00 UN  
Data Base : 01/07/2025

Valores Expressos em Reais (R\$)

Nº	Tabela	Cód. Auxiliar	Descrição	Unid	Quantidade	Custo Unit.	Total	%	% Acum
001	SINAPI	20020	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE (HORISTA)		15.941,2814056	38,0500	606.565.7575	26,36	26,36
002	SINAPI	40911	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (MENSALISTA)		20,2224000	22.187,3500	448.277,0188	19,49	45,85
003	SINAPI	40919	MESTRE DE OBRAS (MENSALISTA)		20,3164000	10.131,5700	206.867,4235	8,95	54,79
004	SINAPI	40944	TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO (MENSALISTA)		20,2708000	7.071,9500	143.354,0841	6,23	61,03
005	SICRO	P9824	Servente	H	4.861,0296540	24,1152	117.224,7023	5,09	66,12
006	SICRO	P9947	Técnico florestal	MES	13,0000000	7.853,2231	102.061,9003	4,44	70,56
007	SINAPI	4234	OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)		3.435,4713423	28,3900	97.533,0314	4,24	74,80
008	SICRO	P9949	Topógrafo	MES	10,0000000	7.247,0164	72.470,1640	3,15	77,95
009	SINAPI	41089	TECNICO EM LABORATORIO E CAMPO DE CONSTRUCAO CIVIL (MENSALISTA)		10,0628000	7.051,3000	70.954,4114	3,08	81,03
010	PRÓPRIA	MO105680	P8130 - Pedagogo Pleno	MES	10,0000000	6.705,5500	67.055,5000	2,91	83,95
011	SICRO	P9972	Técnico de batimetria	MES	10,0000000	6.693,6238	66.936,2380	2,91	86,86
012	SINAPI	6111	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)		3.181,7474409	20,1800	64.207,6634	2,79	89,65
013	SICRO	P9950	Auxiliar de topografia	MES	10,0000000	5.188,4442	51.884,4420	2,26	91,90
014	SINAPI	4230	OPERADOR DE MAQUINAS E TRATORES DIVERSOS - TERRAPLANAGEM (HORISTA)		939,5363589	28,3000	26.588,8790	1,16	93,06
015	SINAPI	4239	OPERADOR DE MOTONIVELADORA (HORISTA)		668,8544526	39,5400	26.446,5051	1,15	94,21
016	SINAPI	4750	PEDREIRO (HORISTA)		827,3224607	30,7200	25.415,3460	1,10	95,31
017	SINAPI	1213	CARPINTEIRO DE FORMAS PARA CONCRETO (HORISTA)		609,7694277	31,9900	19.506,5240	0,85	96,16
018	SINAPI	4238	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (HORISTA)		668,8544528	28,3200	18.941,9581	0,82	96,98
019	SINAPI	44503	JARDINEIRO (HORISTA)		875,6746116	21,6200	18.932,0851	0,82	97,80
020	SINAPI	4093	MOTORISTA DE CAMINHAO (HORISTA)		494,9188751	36,6300	17.762,5051	0,77	98,58
021	SINAPI	6117	CARPINTEIRO AUXILIAR (HORISTA)		500,3718165	22,1200	11.068,2246	0,48	99,06
022	SINAPI	7153	TECNICO EM LABORATORIO E CAMPO DE CONSTRUCAO CIVIL (HORISTA)		196,6204500	40,2000	7.904,1421	0,34	99,40
023	SINAPI	245	AUXILIAR DE LABORATORISTA DE SOLOS E DE CONCRETO (HORISTA)		196,6204500	34,5600	6.795,2028	0,30	99,70
024	SINAPI	2436	ELETRICISTA (HORISTA)		56,6852817	37,9800	2.152,9070	0,09	99,79
025	SINAPI	4783	PINTOR (HORISTA)		61,4388131	28,4100	1.745,4787	0,08	99,87
026	SINAPI	2896	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA)		33,5398298	30,3500	1.017,9338	0,04	99,91
027	SINAPI	12869	TELHADOR / TELHADISTA (HORISTA)		20,7484495	31,6000	655,6510	0,03	99,94
028	SINAPI	247	AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)		28,2771944	22,1200	625,4915	0,03	99,97
029	SINAPI	37666	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA / MISTURADOR (HORISTA)		17,6906085	26,0800	461,3711	0,02	99,99



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



ESTADO DE SANTA CATARINA

**Relatório da Curva ABC de Mão de Obra (sem Encargos Sociais) (Sem Bonificação)**

Órgão : SDC-FUNPDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil  
Orçamento : 26777/SDC-FUNPDEC-1/2025  
Município(s) : Florianópolis  
Dimensão : 1,00 UN  
Data Base : 01/07/2025

Valores Expressos em Reais (R\$)

Nº	Tabela	Cód. Auxiliar	Descrição	Unid	Quantidade	Custo Unit.	Total	%	% Acum
030	SINAPI	246	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA)		6,5672857	22,1200	145,2684	0,01	99,99
031	SINAPI	4253	OPERADOR DE GUINCHO OU GUINCHEIRO (HORISTA)		3,8437818	28,3000	108,7785	0,00	100,00
032	SINAPI	1214	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS (HORISTA)		2,4814330	30,1100	74,1137	0,00	100,00
033	SINAPI	378	ARMADOR (HORISTA)		0,3515683	30,7200	10,8002	0,00	100,00
034	SINAPI	8114	AJUDANTE DE ARMADOR (HORISTA)		0,0572978	22,1200	1,2674	0,00	100,00
<b>Total Geral</b>							<b>2.300.782,7677</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

(Disponível para consulta no portal SGPE nos autos do processo SDC 4629/2025 , pág. 520-521)



**ANEXO I-K**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**CURVA ABC DE SERVIÇOS**



ESTADO DE SANTA CATARINA

**Relatório da Curva ABC Serviços (Sem Bonificação)**

Órgão : SDC-FUNPDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil  
Orçamento : 26777/SDC-FUNPDEC-1/2025  
Município(s) : Florianópolis  
Dimensão : 1,00 UN  
Data Base : 01/07/2025

Valores Expressos em Reais (R\$)

Nº	Tabela	Cód. Auxiliar	Descrição	Unid	Quantidade	Preço Unit.	Total	%	% Acum
001	PRÓPRIA	CPU112377	ESCAVAÇÃO COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA EM PLATAFORMA FLUTUANTE E TRANSPORTE EM BATELÃO	M3	222.220,000	37,0600	8.235.473,2000	40,32	40,32
002	SINAPI	100979	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ( CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE ( UNIDADE: M3). AF 07/2020	M3	288.886,000	8,7100	2.516.197,0600	12,32	52,65
003	SINAPI	100939	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA INTERNA (DENTRO DO CANTEIRO - UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020	M3XKM	270.452,000	8,4300	2.279.910,3600	11,16	63,81
004	PRÓPRIA	CPU110604	TRITURAÇÃO DE GALHOS E TRONCOS	H	1.200,000	1.263,0900	1.515.708,0000	7,42	71,23
005	PRÓPRIA	CPU105182	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - (IN SIE Nº 003/2021, Acórdão nº 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU) - até 6,23 % do custo direto referente à média.)	UN	1,000	1.090.306,8700	1.090.306,8700	5,34	76,57
006	SICRO	4413905	Hidrossemeadura	M2	133.400,000	7,9200	1.056.528,0000	5,17	81,74
007	SINAPI	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM ( UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020	M3XKM	307.320,000	2,7700	851.276,4000	4,17	85,91
008	SICRO	5501702	Destocamento de árvores com diâmetro maior que 0,30 m	UN	3.500,000	158,3500	554.225,0000	2,71	88,62
009	SINAPI	102690	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES. AF 07/2021	M	6.360,000	83,9400	533.858,4000	2,61	91,24
010	SINAPI	96400	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE MACADAME SECO, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF 09/2024	M3	2.400,000	212,0900	509.016,0000	2,49	93,73
011	PRÓPRIA	CPU105181	SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E BATIMETRIA	MES	10,000	23.178,7400	231.787,4000	1,13	94,87
012	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF 09/2024	M2	56.000,000	3,6500	204.400,0000	1,00	95,87



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



ESTADO DE SANTA CATARINA

Relatório da Curva ABC Serviços (Sem Bonificação)

Órgão : SDC-FUNPDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil  
Orçamento : 26777/SDC-FUNPDEC-1/2025  
Município(s) : Florianópolis  
Dimensão : 1,00 UN  
Data Base : 01/07/2025

Valores Expressos em Reais (R\$)

Nº	Tabela	Cód. Auxiliar	Descrição	Unid	Quantidade	Preço Unit.	Total	%	% Acum
013	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF 03/2024	M2	189.400,000	0,8200	155.308,0000	0,76	96,63
014	PRÓPRIA	CPU110538	PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO MEIO BIÓTICO	MES	10,000	12.346,9900	123.469,9000	0,60	97,23
015	PRÓPRIA	CPU138402	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	UN	1,000	117.590,9100	117.590,9100	0,58	97,81
016	SICRO	5501701	Destocamento de árvores com diâmetro de 0,15 a 0,30 m	UN	1.572,000	63,3400	99.570,4800	0,49	98,30
017	PRÓPRIA	CPU105690	PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO MEIO SOCIOAMBIENTAL	MES	10,000	8.109,6900	81.096,9000	0,40	98,69
018	SICRO	5502910	Escavação, carga e transporte de solos moles - DMT de 2.500 a 3.000 m - caminho de serviço em leito natural - com caminhão basculante de 14 m³	M3	2.400,000	33,6500	80.760,0000	0,40	99,09
019	PRÓPRIA	CPU146238	CERCA DE MOURÕES DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO ENTRE 8 A 11CM, ALTURA LIVRE DE 1,20M, CRAVADOS 0,5M, - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	700,000	66,6700	46.669,0000	0,23	99,32
020	PRÓPRIA	CPU146436	EXECUÇÃO DE DEPOSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, MOBILIÁRIO NÃO INCLUSO - (REF.: 93584/SINAPI)	M2	40,000	1.101,5500	44.062,0000	0,22	99,53
021	PRÓPRIA	CPU146449	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS NÃO INCLUSO - (REF.: 93210/SINAPI)	M2	30,000	868,5900	26.057,7000	0,13	99,66
022	PRÓPRIA	CPU146448	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS NÃO INCLUSO.	M2	20,000	1.105,8400	22.116,8000	0,11	99,77
023	PRÓPRIA	CPU146457	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, MOBILIÁRIO NÃO INCLUSO. - (REF.: 93212/SINAPI)	M2	10,000	1.094,9900	10.949,9000	0,05	99,82
024	PRÓPRIA	CPU101479	ANÁLISE LABORATORIAL DA QUALIDADE DA ÁGUA COM PARÂMETROS: VAZÃO, PH, CONDUTIVIDADE ELÉTRICA, OXIGÊNIO DISSOLVIDO, TEMPERATURA. EM LABORATÓRIO DEVERÃO SER EXECUTADAS ANÁLISES DE QUALIDADE DE ÁGUA COM OS SEGUINTE PARÂMETROS: PH, CONDUTIVIDADE ELÉTRICA, ACIDEZ, SULFATO, FE, MN, AL, MG, CA, K, CU, CD, ZN, AS E HG	UN	15,000	678,3600	10.175,4000	0,05	99,87

SICOP Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas  
Emitido em: 04/11/2025

Página: 2 de 3



ESTADO DE SANTA CATARINA

Relatório da Curva ABC Serviços (Sem Bonificação)

Órgão : SDC-FUNPDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil  
Orçamento : 26777/SDC-FUNPDEC-1/2025  
Município(s) : Florianópolis  
Dimensão : 1,00 UN  
Data Base : 01/07/2025

Valores Expressos em Reais (R\$)

Nº	Tabela	Cód. Auxiliar	Descrição	Unid	Quantidade	Preço Unit.	Total	%	% Acum
025	PRÓPRIA	CPU101480	ANÁLISE LABORATORIAL SOLO COM PARÂMETROS TEXTURA, PH, ÍNDICE SMP, MATÉRIA ORGÂNICA, SATURAÇÃO DE BASES, SOMA DE BASES, FÓSFORO, POTÁSSIO, ÍONS (CÁLCIO, MAGNÉSIO, ALUMÍNIO, SÓDIO ), H+AL, CTC.	UN	15,000	581,4600	8.721,9000	0,04	99,91
026	SINAPI	101114	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÁMINA: 2,19M3). AF 07/2020	M3	1.020,000	5,6100	5.722,2000	0,03	99,94
027	PRÓPRIA	CPU146211	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA E ESGOTO	UN	2,000	2.052,8000	4.105,6000	0,02	99,96
028	PRÓPRIA	CPU146248	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA	UN	1,000	3.865,0000	3.865,0000	0,02	99,98
029	PRÓPRIA	CPU146431	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	2.500	645,2500	1.613,1250	0,01	99,99
030	SICRO	4800400	Preparo e regularização de terreno em desnível	M2	180,000	7,0500	1.269,0000	0,01	100,00
031	PRÓPRIA	CPU146430	PLACA DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	M2	1,500	658,0500	987,0750	0,00	100,00
<b>Total Geral</b>							<b>20.422.797,5800</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

SICOP Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas  
Emitido em: 04/11/2025

Página: 3 de 3



(Disponível para consulta no portal SGPE nos autos do processo SDC 4629/2025 , pág. 503-505)



**ANEXO I-L**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**CURVA ABC DE EQUIPAMENTO**



ESTADO DE SANTA CATARINA

**Relatório da Curva ABC de Equipamento (Sem Bonificação)**

Órgão : SDC-FUNPDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil  
Orçamento : 26777/SDC-FUNPDEC-1/2025  
Município(s) : Florianópolis  
Dimensão : 1,00 UN  
Data Base : 01/07/2025

Valores Expressos em Reais (R\$)

Nº	Tabela	Cód. Auxiliar	Descrição	Unid	Quantidade	Custo Unit.	Total	%	% Acum
001	SICRO	E9009	Embarcação rebocadora - 268 kW	H	7.407,3259260	439,8953	3.258.447,8604	42,64	42,64
002	SICRO	E9576	Escavadeira hidráulica de longo alcance sobre esteiras - 103 kW	H	6.348,9383260	333,6360	2.118.234,3873	27,72	70,35
003	SICRO	E9057	Batelão sem propulsão com capacidade de 66 m³	H	14.814,6740740	59,0082	874.187,2507	11,44	81,79
004	SICRO	E9541	Trator sobre esteiras com lâmina - 259 kW	H	497,4457316	1.031,3898	513.060,4536	6,71	88,51
005	SICRO	E9058	Plataforma flutuante de 12 x 24 x 1,8 m com capacidade de 150 t	H	7.407,3259260	53,8972	399.234,1269	5,22	93,73
006	SICRO	E9699	Trituradora de galhos e troncos rebocável com capacidade de até 350 mm de diâmetro com quicho - 96,94 kW	H	1.200,0000000	208,8110	250.573,2000	3,28	97,01
007	SICRO	E9792	Caminhão para hidrossemeadura com capacidade de 7.500 l - 77,2 kW/235 kW	H	321,4406400	575,8284	185.094,6494	2,42	99,43
008	SICRO	E9575	Caminhão basculante com caçamba estanque com capacidade de 14 m³ - 210 kW	H	134,4168000	320,5332	43.085,0470	0,56	100,00
009	SICRO	E9536	Embarcação de transporte de pessoal e apoio logístico - 30 kW	H	2,3000005	112,1107	257,8547	0,00	100,00
010	SICRO	E9539	Equipamento de batimetria monofeixe	H	2,3000005	46,1916	106,2407	0,00	100,00
011	SICRO	E9592	Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW	H	0,0000000	282,4841	0,0000	0,00	100,00
<b>Total Geral</b>							<b>7.642.281,0707</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

(Disponível para consulta no portal SGPE nos autos do processo SDC 4629/2025 , pág. 522)



**ANEXO I-M**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**INFORMAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA PARA CONTRATAÇÃO**  
**(INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS)**

Razão Social da empresa:

CNPJ:

Endereço completo e atualizado:

Telefone para contato;

Endereço de e-mail;

Representante legal da empresa (nome, CPF, RG, cargo/função na empresa, telefones de contato);

**Sócio(s) majoritário(s) da empresa (nome, CPF/CNPJ, RG) conforme ato constitutivo vigente.**

Dados bancários:

a) Banco (nº e nome do banco para pagamento):

b) nº da agência bancária com dígito:

c) nº da conta bancária com dígito:



ANEXO II  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

The screenshot shows a web browser window titled 'PORTAL DE COMPRAS - AMBIENTE DE HOMOLOGAÇÃO'. The page displays a bid form for 'obras de arte' and 'grafias'. The form includes a table with columns for 'Descrição', 'Marca', 'Modelo', 'Procedência', and 'Valor de proposta (R\$)'. There are two rows of items, each with a 'Selecionar' dropdown menu and a 'Proposta do lote incompleto' button. The interface also features a top navigation bar, a right sidebar with 'Painel de controle', and a bottom status bar.

1 – Sob pena de desclassificação, deverá ser preenchido para **cada item** do objeto cotado, no campo correspondente:

a) Preço unitário do item, expresso em reais.

\*Esta imagem (.jpeg) é meramente ilustrativa e poderá não contemplar todas as atualizações que possam ser implementadas no Sistema (*updates*), como layouts e campos informativos.



**ANEXO III**  
**MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2025**  
**Processo SDC 4629/ 2025**

**Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Estado de Santa Catarina por intermédio da(o)Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil e a empresa**  
.....

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio da(o) Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil , com sede na ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., doravante denominada **Contratante**, neste ato representada pelo(a) seu(a) ....., Senhor(a) ....., portador do CPF nº ....., e de outro lado a empresa, , estabelecida na ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., doravante denominada **Contratada**, neste ato representada por seu(a) ....., Senhor(a) ....., portador(a) do CPF nº....., firmam o presente instrumento de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0096/2026, e regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Estadual nº 358, de 29 de novembro de 2023 e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de limpeza e melhoramento fluvial nos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, localizados no município de Rio do Sul/ SC, conforme especificações do Anexo I deste Contrato, do Edital de Pregão Eletrônico nº 0096/2026 e seus Anexos e da proposta julgada vencedora do Pregão.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

- 2.1. A execução do presente Contrato será pelo regime de **empreitada por preço unitário**.
- 2.2. Fica vinculado este termo contratual às condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 0096/2026 e seus Anexos e à proposta da Contratada, que são partes integrantes deste Contrato, como se transcritos estivessem.
- 2.3. A empresa deverá apresentar relação contendo o nome dos sócios, CPF, endereço da sede, foto da fachada, etc. (Lei Estadual nº. 17.983/2020).
- 2.4. O regramento completo para execução contratual no Anexo I do edital de licitação vinculado;

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1. A Contratante pagará à Contratada, pela execução dos serviços descritos no Anexo I deste Contrato, os valores conforme descrito no quadro abaixo:

Item	Serviço	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01				R\$	R\$
<b>Valor Total Mensal</b>					<b>R\$</b>



Valor Total Anual	R\$
-------------------	-----

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é estimado, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou serviços prestados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. A Contratante pagará à Contratada o valor estipulado neste instrumento, por intermédio do Banco do Brasil S/A, 30 (trinta) dias do recebimento definitivo de cada medição com a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, e o prazo de liquidação observará as datas oficiais de pagamento do Estado de Santa Catarina, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021. Para efeito de medição e pagamento, somente serão considerados os serviços integralmente executados e aprovados, de acordo com as etapas estabelecidas no cronograma físico-financeiro e nas planilhas orçamentárias.

4.1.1. O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme §4º, do Art. 9º do Decreto Estadual 1073/2017.

4.2. O pagamento será liberado, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada (Lei Estadual nº 17.516, de 27 de abril de 2018), mediante a apresentação dos seguintes documentos:

4.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);

4.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

4.2.2.1. Nos termos do Decreto Estadual 3650/1993, caso a licitante não tenha domicílio ou sede no estado deverá apresentar também prova de regularidade com a Fazenda Estadual de Santa Catarina;

4.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante ou outra equivalente, na forma da lei;

4.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

4.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.2.6. A não apresentação dos documentos acima exigidos implica na suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

4.3. Da aplicação do Decreto nº 129/SC/2023:

4.3.1. De acordo com o Decreto nº 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os Fundos, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

4.3.2. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.



4.3.3. Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

4.3.4. Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º do Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

4.3.5. Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa

4.3.6. Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais - DCIF, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site [www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br).

4.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à Contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.5. O pagamento da fatura será susinado se verificada execução defeituosa do Contrato, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.6. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela Contratante, sem que haja culpa da Contratada, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias.

4.7. A liquidação da despesa ocorrerá 20º dia do mês posterior à prestação dos serviços, desde que útil, e desde que a despesa esteja devidamente atestada pelo agente responsável.

4.8. Demais condições de medição e pagamento para o presente contrato constam no Anexo I do edital de licitação vinculado.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 720 (setecentos e vinte) dias contados da assinatura, na forma dos artigos 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. O prazo de execução será de 600 (seiscentos) dias contados da assinatura da Ordem de Serviço.

5.3. No início da contratação e no início de cada exercício a contratante atestará a existência de créditos orçamentários vinculados a contratação, bem como a vantagem de sua manutenção.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

<b>Órgão/Unidade Orçamentária</b>	<b>Subação</b>	<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Fonte</b>
350091	15988	44.90.51.82	1.500.100.000

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. O desenvolvimento dos serviços objeto de contratação deste Edital será acompanhado por representantes da Contratante sob a coordenação do Gestor do Contrato. O Gestor do Contrato e os Fiscais serão designados por meio de portaria publicada no DOE.

7.7. Constituem atribuições do Gestor do Contrato, e/ou seus representantes expressamente nomeados, quanto à gestão do desenvolvimento dos serviços e projetos, conforme IN 14/2025:

7.7.1. Iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior para decisão os seguintes atos e procedimentos:

7.7.1.1. Prorrogação e suspensão de prazo;

7.7.1.2. Alterações qualitativas e quantitativas;

7.7.1.3. Reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;

7.7.1.4. Processo administrativo sancionador;

7.7.1.5. Recomendar a autoridade maior a abertura de processo licitatório, quando for o caso;

7.7.1.6. Quaisquer outros atos e procedimentos que impliquem na celebração de Termo Aditivo, Apostilamento ao Contrato/Ata ou qualquer outro registro.

7.7.2. Quanto à prorrogação e vigência do Contrato/Ata iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior, comunicando a necessidade da prorrogação ou da abertura de nova licitação, atentando especialmente para:

7.7.2.1. No caso da prestação de serviços, 180 dias antes do vencimento do contrato:

7.7.2.1.1. Consultar o contratado, tomando por escrito o compromisso de prorrogação;e

7.7.2.1.2. Solicitar ao setor competente levantamento de preços no mercado, para fins de comprovação da vantajosidade.

7.7.2.2. No caso de fornecimento de produtos, quando os saldos se mostrarem insuficientes.

7.7.3. Quanto às alterações qualitativas e quantitativas iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior:

7.7.3.1. Acréscimos, supressões e as alterações de interesse da própria Administração;

7.7.3.2. Alterações solicitadas pelo titular do Contrato/Ata;

7.7.3.3. Modificações no cronograma físico-financeiro;

7.7.3.4. Substituições de materiais e equipamentos;

7.7.3.5. Modificações das especificações, para melhor adequação técnica.

7.7.4. Quanto ao reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior todas as intercorrências, em especial:

7.7.4.1. Reajustes nos termos fixados em Contrato/Ata;

7.7.4.2. Revisão e repactuação solicitadas pela Administração ou pelo titular do Contrato/Ata.

7.7.5. Dar prosseguimento aos atos e procedimentos encaminhados pelo Fiscal do Contrato/Ata;

7.7.6. Dirimir dúvidas, orientar tecnicamente, esclarecer ou solucionar questionamentos, falhas, omissões ou alterações no projeto básico, fazendo-o por escrito;

7.7.7. Instruir o processo com justificativa e manifestações técnicas necessárias;

7.7.8. Manter os registros atualizados nos sistemas informatizados do Governo;

7.7.9. Manter controle atualizado e acompanhar os saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;



- 7.7.10. realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;
- 7.7.11. acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em edital e contrato e das exigências legais;
- 7.7.12. promover o atesto de notas fiscais e faturas, em conjunto com o fiscal do contrato, no que couber, para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;
- 7.7.13. promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, após a assinatura do contrato;
- 7.7.14. Requerer auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- 7.7.15. Manter atualizadas as estimativas de consumo:
  - 7.7.15.1. Para fins de apurar a suficiência do saldo até o término do Contrato/Ata;
  - 7.7.15.2. Para orientar as futuras contratações.
- 7.7.16. receber definitivamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade; e
- 7.7.17. E qualquer outra que se faça necessária ao desempenho da atividade de gestão.
- 7.8. Conforme Art. 6º da Instrução Normativa IN.14/2025, São atribuições da Fiscalização de contrato:
  - 7.8.1. identificar o objeto contratado;
  - 7.8.2. conhecer as condições estabelecidas no contrato, no edital ou nas especificações técnicas para o recebimento do objeto;
  - 7.8.3. praticar os atos necessários à verificação do fiel cumprimento das obrigações, exigindo as providências necessárias para tal fim;
  - 7.8.4. receber o objeto contratado, examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e proceder ao atesto/certificação da despesa;
  - 7.8.5. recusar produto ou serviço em desacordo com as condições fixadas em edital;
  - 7.8.6. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
  - 7.8.7. informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
  - 7.8.8. fazer diligências à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas ocorrências;
  - 7.8.9. exigir, por escrito, o refazimento ou correção, comunicando ao gestor do contrato nos casos de não atendimento ou quando as soluções ultrapassarem as suas competências;
  - 7.8.10. notificar, por escrito, a contratada quanto ao não cumprimento das obrigações, fixando prazo para cumprimento ou apresentação de justificativa;
  - 7.8.11. encaminhar ao gestor do contrato a solicitação de aplicação de sanções e, quando pertinente, a instauração de processo administrativo sancionador, contendo os registros das ocorrências, notificações, defesas e justificativas da contratada, se for o caso, e da documentação necessária;
  - 7.8.12. aceitar ou rejeitar, motivadamente, a indicação do preposto feita pela empresa contratada;
  - 7.8.13. manter contato com o preposto;
  - 7.8.14. desempenhar suas atividades com autonomia e independência fiscalizatória, buscando as condições necessárias para o desempenho da função, comunicando ao gestor do contrato sobre suas necessidades;
  - 7.8.15. acompanhar sistematicamente a execução do contrato, mantendo registros das ocorrências e dos documentos relativos à fiscalização;
  - 7.8.16. manter os registros de confirmação de recebimento dos comunicados à contratada;
  - 7.8.17. assegurar o cumprimento do cronograma físico-financeiro;



- 7.8.18. identificada necessidade de modificações contratuais, encaminhar ao gestor do contrato com as devidas justificativas;
- 7.8.19. conhecer os prazos de execução contratual e fornecer subsídios para as prorrogações, quando necessárias, ou manifestar-se contrariamente à prorrogação;
- 7.8.20. assegurar a presença dos documentos exigidos em contrato para fins de pagamento;
- 7.8.21. apontar, por meio de instrumentos de medição, a necessidade de glosas em notas fiscais;
- 7.8.22. solicitar auxílio às áreas técnicas, administrativas, jurídicas ou de controle, quando necessário; e
- 7.8.23. conhecer os limites de sua atuação na atividade de fiscalização, bem como zelar pela estrita observância das cláusulas contratuais específicas e das normas internas aplicáveis.
- 7.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 7.9.1. Da anuência do Gestor e Fiscal de Contrato
- 7.9.1.1. Em conformidade com o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal(is), designados pela Administração Pública, cujas atribuições estão descritas no presente instrumento e na legislação aplicável.
- 7.9.1.2. O gestor e o(s) fiscal(is) do contrato deverão firmar Termo de Anuência, confirmando ciência das suas responsabilidades e obrigações. Esse termo será instruído nos autos do processo digital e vinculado ao contrato, servindo como comprovação da aceitação formal das atribuições previstas.
- 7.9.1.3. A anuência do gestor e do fiscal não exime o contratado do cumprimento das obrigações previstas no contrato, sendo estes responsáveis por acompanhar e reportar qualquer irregularidade à Administração Pública.
- 7.9.1.4. O gestor e o(s) fiscal(is) deverão manter registros formais de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, conforme determinado no artigo 117, §1º da Lei nº 14.133/2021, garantindo a adequada prestação dos serviços e o cumprimento das cláusulas contratuais.
- 7.9.1.5. Caso ocorra a substituição do gestor ou do fiscal do contrato, o novo designado deverá firmar novo Termo de Anuência, que será igualmente juntado aos autos do processo digital.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/11/2025.
- 8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) ou outro que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



8.9. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do pedido de equilíbrio econômico-financeiro para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- 9.2. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- 9.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- 9.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- 9.5. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 9.7. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- 10.2. Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- 10.3. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- 10.4. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- 10.5. . Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- 10.6. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- 10.7. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- 10.8. A estender aos contratos objeto, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- 10.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- 10.10. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- 10.11. Mesmo não sendo a fabricante responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;



- 10.12. contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- 10.13. Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital:  
[https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta\\_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/](https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/)).
- 10.14. realizar os serviços de acordo com o memorial descritivo dos serviços.
- 10.15. A Contratada deverá, durante toda a execução do contrato, manter as condições exigidas para a licitação por ocasião do processo de licitação;
- 10.16. É obrigação da contratada cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei. Bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitados da Previdência Social, mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar e para aprendizes.
- 10.17. Durante a duração do presente contrato, é vedada a prestadora do serviço contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou do agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021 em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais a Contratada será depositário:
- 11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convenionadas.
- 11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.4. A contratada deverá prestar a garantia supracitada antes da assinatura do contrato.
- 11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6 deste contrato.
- 11.6. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
- 11.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 11.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, com correção monetária na seguinte conta:



11.10.1. preencher dados da conta

11.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12.1. A garantia na modalidade de fiança bancária deverá ser prestada pela Contratada no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

11.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.15. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.15.1. O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pela Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

11.18. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Anexo I deste Edital de licitação.

11.20. O prazo de garantia dos itens do presente contrato, é de 90 dias ininterruptos a partir da data de finalização da execução dos serviços.

11.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.22. A contratada terá o prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II deste item.

11.23. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações:

11.23.1. o prazo de vigência da apólice será de pelo menos 30 dias superior ao prazo de vigência estabelecido no contrato e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste



mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

11.23.2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

11.24. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

11.25. Agência e Conta Bancária para fins de caução em dinheiro ou fiança bancária:

11.25.1. CNPJ: 04.426.883/0001-57

11.25.2. Banco: 001

11.25.3. Agência: 3582-3

11.25.4. Conta 909600-0

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

12.1. Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, na forma e condições estabelecidas no artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

13.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.2.3. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.



13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput da Lei Federal nº 14.133/2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V do Decreto nº 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/ 2021, a Contratada que:

- 15.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 15.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 15.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 15.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 15.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 15.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 5º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024);

15.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 8º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024);

15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8 deste Contrato, bem como nos subitens 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 9º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024).

15.2.4. Multa:

15.2.4.1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.4.2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

15.2.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2.4.3. compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei Federal nº 14.133/2021)

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a



multa (art. 156, §7º da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021)

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021):

15.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.6.4. os danos que dela provierem para a Contratante;

15.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PRÁTICAS DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

16.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

16.1.1. declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

16.1.2. comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas



hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

16.1.3. comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do Contrato;

16.1.4. declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

17.1. A Contratada declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a Contratante em situação de violação de tais regras.

17.2. A Contratada declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º. do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), conforme indicado na sua página eletrônica e se compromete a manter a Contratante informada sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

17.3. A Contratada somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para qualquer outra finalidade.

17.4. A Contratada se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela Contratante sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), certificando-se a Contratada de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

17.5. Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à Contratada relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a Contratada submeterá esse pedido à apreciação da Contratante, não podendo, sem instruções prévias da Contratante, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a Contratada informará imediatamente à Contratante sobre tal pedido e suas decorrências.

17.6. A Contratada prestará assistência à Contratante no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da Contratada para que a Contratante cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

17.7. Quando solicitada, a Contratada fornecerá à Contratante, no prazo de 2 (dois) dias úteis,



todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da Contratada previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

17.8. A Contratada prestará assistência à Contratante no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da Contratada e/ ou nos casos em que for necessária a assistência da Contratada para que a Contratante cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

17.9. A Contratada fica obrigada a comunicar à Contratante, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

17.10. A Contratada indenizará a Contratante, em razão do não cumprimento por parte da Contratada das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da Contratante a esse título.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS REFERENTES À SAÚDE E À SEGURANÇA NO TRABALHO**

18.1. A Contratada declara que atende às exigências da Lei Estadual nº 16.003, de 25 de abril de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.694, de 23 de agosto de 2013, mantendo programas de capacitação de seus trabalhadores no que se refere a saúde e segurança do trabalho;

18.2. A Contratada declara que se compromete a fornecer os comprovantes necessários quando, assim solicitados pela Contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS**

19.1. Nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) - e a respectiva documentação técnica associada -, o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Contratante, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.

19.1.1. Quando o projeto se referir a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o caput deste artigo incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

19.1.2. É facultado à Contratante deixar de exigir a cessão de direitos quando o objeto da contratação envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação, considerados os princípios e os mecanismos instituídos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

19.1.3. Na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, o autor deverá ser comunicado, e os registros serão promovidos nos órgãos ou entidades competentes.



#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

20.1. O objeto terá prazo de garantia especificado no Anexo I do edital de licitação vinculado, no mínimo, a contar do seu recebimento definitivo; ou terá o prazo que foi indicado na proposta da contratada, se superior ao fixado no anexo do edital;

20.2. O prazo de garantia poderá ser prorrogado, conforme negociação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE ou na hipótese de regularização de defeitos, pelo prazo necessário a efetiva devolução;

20.3. A garantia dos bens fica oficializada através do Termo de Garantia (Anexo VI) a ser assinado pela CONTRATADA na mesma ocasião da assinatura deste contrato de serviço.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

21.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

22.1. Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento de Contrato.

XXXXXXXX  
Cargo  
CONTRATANTE

XXXXXXXX  
Cargo  
CONTRATADA



**ANEXO IV**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS LEGISLAÇÕES VIGENTES**

Para atendimento ao disposto no Edital de Pregão Eletrônico nº XXXX/2025, promovido pela Secretaria de Estado da Administração, a empresa ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., Cidade...../UF....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal, DECLARA que atende as seguintes exigências da leis estabelecidas.

- ( ) Declara que os dados referentes ao sócio majoritário da empresa informados na proposta de preços correspondem ao ato constitutivo vigente no dia da abertura do pregão eletrônico.
- ( ) Declara cumprir a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (conforme art. 63, inciso IV, da LLCA).
- ( ) Declara que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (conforme art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021)
- ( ) Declara que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a administração pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (conforme art. 4º, § 2º, da LLCA).  
**(Apenas para ME/EPP que deseje gozar dos benefícios constantes nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)**
- ( ) Declara que não emprega de menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (conforme artigo 7º, XXXIII, da CRFB, de 1988).

Declara ainda, que se compromete a fornecer os comprovantes necessários quando, assim solicitados pelo Contratante.

Local e data, .....

NOME, CARGO E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESA  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA e CNPJ

Assinatura e carimbo



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



**ANEXO V**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**(Disponível para consulta no portal de compras do estado de Santa Catarina e no PNCP)**



**ANEXO VI**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0096/2026**  
**TERMO DE GARANTIA**

A empresa ....., inscrito no CGC/CNPJ nº ..... por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., compromete-se a prestar garantia nos seguintes termos:

I O objeto terá prazo e condições de garantia conforme especificado no Anexo I do edital de licitação, a contar do seu recebimento definitivo; ou terá o prazo e as condições que foram indicadas na proposta da contratada, se superior ao fixado no anexo I do edital;

II A licitante, durante o período de garantia, obriga-se a prestar as manutenções necessárias, por meios próprios ou por intermédio de empresa devidamente credenciada, a fim de manter o objeto em perfeitas condições de uso, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

III No período de garantia é admitida a troca de produtos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE;

IV Itens caracterizados como acessórios deverão ser passíveis de manutenção corretiva;

V Entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os objetos estiverem operacionais conforme exigido por este edital, e as demais funcionalidades idênticas às das instaladas inicialmente;

VI Sempre que realizado o Suporte de Garantia, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, peças trocadas, anormalidades e falhas eventualmente observadas;

VII O atendimento de manutenção e reparo em garantia deverá ser prestado no órgão beneficiário desta aquisição. Caso haja algum impedimento, deverá ser acordado com o CONTRATANTE a retirada do objeto, na ocasião do reparo, sem ônus à CONTRATANTE;

VIII Ocorrendo o término da garantia ofertada, e havendo pendências com relação a serviços não realizados por culpa da CONTRATADA, ficará prorrogado, por igual período da suspensão, o prazo de garantia, sem ônus para a CONTRATANTE.

IX A empresa se compromete com o cumprimento de todas as demais cláusulas referentes à garantia dos itens constantes ao edital de licitação e seus anexos.

Datado aos \_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura, Nome, Cargo e Função

*(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)*



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **891RWC4I**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **VANIO BOING** (CPF: 433.XXX.709-XX) em 26/02/2026 às 12:43:40  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/01/2023 - 15:09:49 e válido até 23/01/2123 - 15:09:49.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0RDXzk2NTBfMDAwMDQ2MjlfNDYzNV8yMDI1Xzg5MVJXQzRJ> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SDC 00004629/2025** e o código **891RWC4I** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.